

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURA
ORGÂNICA

DISSERTAÇÃO

A IMPORTÂNCIA DAS FEIRAS PARA A GERAÇÃO DE
RENDA E FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA URBANA
NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

JULIANA SILVA BARBOSA

2020



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURA ORGÂNICA**

**A IMPORTÂNCIA DAS FEIRAS PARA A GERAÇÃO DE RENDA E
FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA URBANA NO MUNICÍPIO
DO RIO DE JANEIRO**

JULIANA SILVA BARBOSA

Sob a Orientação da Pesquisadora
Marta dos Santos Freire Ricci

e Co-orientação da Pesquisadora
Mariella Camardelli Uzeda

Projeto de dissertação submetido como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestra em Agricultura Orgânica**, no curso de Pós-graduação em Agricultura Orgânica.

Seropédica, RJ
Março de 2020

B238i Barbosa, Juliana Silva , 1987-
A importância das feiras para a geração de renda e fortalecimento da agricultura urbana no Município do Rio de Janeiro / Juliana Silva Barbosa. - Rio de Janeiro, 2020.
43 f.: il.

Orientadora: Marta dos Santos Freire Ricci.
Coorientadora: Mariella Camardelli Uzeda.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Agricultura Orgânica, 2020.

1. Agricultura urbana. 2. Feiras. I. Ricci, Marta dos Santos Freire , 1961-, orient. II. Uzeda, Mariella Camardelli , -, coorient. III Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós graduação em Agricultura Orgânica. IV. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001
This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURA ORGÂNICA**

JULIANA SILVA BARBOSA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestra em Agricultura Orgânica**, no Curso de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica.

Dissertação Aprovada em 12 / 03 / 2020.

Marta dos Santos Freire Ricci. Dra. EMBRAPA Agrobiologia
(Orientadora)

Mariella Camardelli Uzeda. Dra. EMBRAPA Agrobiologia

Juliana Pereira Casemiro. Dra. Instituto de Nutrição UERJ

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus pela dádiva da vida e a benção de concluir mais uma etapa da minha formação, pois sem a Sua permissão eu não teria chegado até aqui.

À minha orientadora Marta Ricci, pelos ensinamentos e, principalmente, por acreditar em mim até quando eu desacreditava, muito obrigada pela força para prosseguir diante das dificuldades.

À minha banca examinadora, formada por mulheres incríveis! Obrigada Mariella e Juliana por lerem com atenção este trabalho e pelas valiosas contribuições.

A AS-PTA, em especial ao Marcio, referência profissional na luta pelo fortalecimento e valorização da agricultura urbana no município do Rio de Janeiro. Muito obrigada por tudo!

A todos/as os/as agricultores/as que contribuíram para que este trabalho acontecesse, disponibilizando seu tempo e atenção.

À minha família pelo apoio, especialmente ao meu pai Silvio (*in memoriam*), por sempre se alegrar com minhas conquistas e pelas palavras de apoio e otimismo, você continuará sendo minha inspiração para prosseguir.

Às companheiras do Complexo F2 101-102-109, que me acolheram e por muitas vezes fizeram a caminhada ser mais leve, com um café fresquinho ou uma palavra amiga.

À Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU), em especial a Berna.

À UFRRJ, Embrapa Agrobiologia e CAPES pelo apoio institucional e financeiro.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica (PPGAO) e todos/as os/as docentes e discentes que contribuíram com este trabalho ao longo das disciplinas e vivências, especialmente aos amigos Patrícia e Leandro.

Gratidão.

RESUMO

BARBOSA, Juliana Silva. **A importância das feiras para a geração de renda e fortalecimento da agricultura urbana no município do Rio de Janeiro.** 2020. 43p. Dissertação (Mestrado Profissional em Agricultura Orgânica). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ.

Com o crescente processo de urbanização, a prática de Agricultura Urbana (AU) vem ganhando destaque no cenário nacional, principalmente em grandes cidades como o Rio de Janeiro, devido a sua capacidade de produzir alimentos, melhorar a qualidade de vida e promover a soberania e segurança alimentar e nutricional (SAN) das populações urbanas. Outro fator importante é a geração de trabalho e renda para as famílias através da comercialização do excedente da produção, sendo a venda direta em feiras o canal mais utilizado na AU. A possibilidade de comercializar os alimentos, principalmente em feiras orgânicas/agroecológicas, valoriza e estimula o trabalho dos agricultores urbanos, invisibilizado pelo poder público. Nesse contexto, o objetivo da pesquisa foi compreender a importância das feiras para o fortalecimento da AU no município do Rio de Janeiro. Para isso, foram escolhidas as técnicas de entrevista e observação participativa na coleta de dados. Os resultados encontrados demonstram o protagonismo da mulher na AU, representando 73,3 % dos entrevistados, a concentração de agricultores na faixa etária entre 50 e 69 anos e o histórico familiar na agricultura, 100 % dos entrevistados são filhos/netos de agricultores. Foi constatado que 60,0 % dos entrevistados tem outra fonte de renda e que o agricultor que não possui outra fonte de renda, comercializa os alimentos em mais de um local. Dessa forma, pode-se inferir que aqueles agricultores que comercializam em mais de um local, conseguem através da AU gerar renda para o sustento da família.

Palavras-chave: produção; alimentos; agricultores.

ABSTRACT

BARBOSA, Juliana Silva. **The importance of fairs for generating income and strengthening urban agriculture in the municipality of Rio de Janeiro.** 2020. 43p. Dissertation (Professional Master in Organic Agriculture). Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ.

With the growing urbanization process, the practice of Urban Agriculture (AU) has been gaining prominence in the national scenario, mainly in large cities like Rio de Janeiro, due to its capacity to produce food, improve the quality of life and promote sobriety and food and nutrition security (SAN) of urban populations. Another important factor is the generation of work and income for the families through the commercialization of the production surplus, being the direct sale in fairs the most used channel in AU. The possibility of selling food, especially at organic / agroecological fairs, values and encourages the work of urban farmers, made invisible by the public authorities. In this context, the objective of the research was to understand the importance of fairs for strengthening AU in the municipality of Rio de Janeiro. For this, they were chosen as interview techniques and participatory observation in data collection. The results found demonstrate the role of women in AU, representing 73.3% of the interviewees, the concentration of farmers in the age group between 50 and 69 years and the family history in agriculture, 100% of the interviewees are farmers' children / grandchildren. It was found that 60.0% of respondents have another source of income and that the farmer who has no other source of income, sells food in more than one location. Thus, it can be inferred that farmers who trade in more than one location, can generate income through the AU to support the family.

Keywords: production; food; farmers.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 População urbana e rural do Rio de Janeiro entre 1960 - 2010	8
Tabela 2 Local, dia e horário das feiras	14
Tabela 3 Cronograma das visitas às feiras	15
Tabela 4 Associações de Agricultores da Zona Oeste do Rio de Janeiro	19
Tabela 5 A diversidade de alimentos ofertados pela agricultura urbana	20
Tabela 6 Caracterização da renda	23

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 A Zona Oeste do Rio de Janeiro com destaque para as feiras visitadas. Fonte: Juliana S Barbosa.....	12
Figura 2 Feira Orgânica do Rio da Prata, no PEPB. Fonte: Juliana S Barbosa	15
Figura 3 Perfil social dos agricultores. Fonte: Juliana S Barbosa	16
Figura 4 Escolaridade dos Agricultores. Fonte: Juliana S Barbosa.....	17
Figura 5 Predominância da mão de obra familiar na AU. Fonte: Juliana S Barbosa.....	17
Figura 6 Feira Agroecológica da Freguesia. Fonte: Associação de Moradores e Amigos da Freguesia de Jacarepaguá (AMAF).	18
Figura 7 Folder de divulgação da Feira Agroecológica da Freguesia. Fonte: AMAF.....	19
Figura 8 Feira Agroecológica de Campo Grande. Fonte: Juliana S Barbosa.....	20
Figura 9 Fluxograma de comercialização. Fonte: Juliana S Barbosa	21
Figura 10 Quantidade de feiras que cada agricultor participa. Fonte: Juliana S Barbosa.....	22
Figura 11 Principais alimentos comercializados nas feiras. Fonte: Juliana S Barbosa	22

LISTA DE SIGLAS

ABIO	Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro
AGROPRATA	Associação de Produtores Orgânicos do Rio da Prata
AGROVARGEM	Associação de Agricultores de Vargem Grande
AMAF	Associação dos Moradores e Amigos da Freguesia
AS-PTA	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
CCFO	Circuito Carioca de Feiras Orgânicas
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
PEPB	Parque Estadual da Pedra Branca
PRONAF	Programa Nacional da Agricultura Familiar
Rede CAU	Rede Carioca de Agricultura Urbana
SPG	Sistema Participativo de Garantia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
REVISÃO DA LITERATURA.....	3
Agricultura Urbana.....	3
Agroecologia e Produção Orgânica de Alimentos	4
Segurança Alimentar e Nutricional	6
Agricultura no Município do Rio de Janeiro	7
Histórico	7
Comercialização de Alimentos	9
MATERIAL E MÉTODOS	11
Caracterização da Área de Estudo	11
Coleta de Dados	12
Visitas às Feiras	13
RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	16
Perfil Social	16
Produção	17
Comercialização	21
CONCLUSÕES.....	24
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	25
ANEXOS	30

INTRODUÇÃO

De acordo com Sequeira (2014), diferente de outros países, que tem uma urbanização mais regular, o Brasil até hoje apresenta um processo extremamente dinâmico de ocupação e a configuração espacial atual do seu território resulta principalmente de dois fenômenos: o processo de migração, que atingiu seu ápice entre as décadas de 1960 e 1980, quando aproximadamente 27 milhões de pessoas saíram do campo e foram em direção aos centros urbanos (IBGE, 1997), e a crescente urbanização, principalmente nas grandes cidades como o Rio de Janeiro. O rápido crescimento prejudica as possibilidades de um desenvolvimento urbano sustentável, ocasionando exclusão, inchaço populacional e incapacidade de gerir os impactos causados. Cabral e Candido (2019) afirmam que o processo de crescimento das cidades não é somente desigual, mas que cada uma traçou seu próprio caminho na construção das desigualdades e exclusão das minorias, e assim, as dantes minorias surgem no espaço urbano atual como maiorias. Tais aspectos prejudicam e inviabilizam um planejamento urbano adequado e melhorias para a qualidade de vida urbana. Sem uma construção de planejamento sustentável ou com uma expansão urbana sem gerenciamento adequado, aumenta-se a probabilidade de crescimento desordenado, poluição e degradação ambiental, aliado a padrões insustentáveis de consumo.

Neste processo histórico, a maioria das famílias que migra das zonas rurais para a cidade abandona a relação com a natureza, sofrendo um processo de erosão cultural e transformação do seu costume alimentar. São candidatos à urbanização na espera por emprego e moradia (SACHS, 2004), a maioria vai para as favelas e bairros periféricos da cidade, sujeitos à insegurança alimentar devido à instabilidade em que se encontram. O processo brasileiro de urbanização revela uma crescente associação com a pobreza. O campo moderno repele os pobres através do conhecido êxodo rural, e os trabalhadores da agricultura industrial vivem cada vez mais nos espaços urbanos (SANTOS, 2005). Para Carneiro *et al.* (2018) a urbanização tem favorecido uma crescente insegurança alimentar por causa das desigualdades sociais derivadas da má distribuição de renda, afetando basicamente os segmentos populacionais que vivem em situação de pobreza e que residem nas periferias das grandes cidades.

O costume de cultivar alimentos nos centros urbanos é antigo, porém apenas na década de 90 ocorre o crescimento da AU em todo Brasil, sendo praticada em quintais e composta por agricultores cuja extensão de suas terras é menor em comparação com a da agricultura tradicional, geralmente, são os agricultores cujo acesso às políticas públicas é mais dificultoso e a comercialização dos alimentos produzidos é essencial para a (re) produção social. Dessa forma promove a inclusão de dezenas de famílias no mercado de trabalho, gerando emprego e renda e garantindo a soberania e SAN. A AU surge como forma de resistência à nova realidade, reaproximando o agricultor de suas práticas agrícolas, buscando mitigar os impactos sofridos devido à maior dependência da compra de alimentos, o que compromete não só a saúde, mas também a renda familiar. Segundo Almeida (2004) a produção em quintais proporciona uma melhora nos hábitos alimentares do núcleo familiar, sobretudo por evidenciar a relação que há entre alimentação e saúde. Altieri e Nicholls (2020) destacam que a produção agroecológica praticada pela AU pode ajudar a explorar os vínculos entre agricultura e saúde, demonstrando que a maneira como a agricultura é praticada pode por um lado, promover a saúde ou, pelo contrário, se for mal praticada, como na agricultura industrial, pode causar grandes riscos à saúde.

A produção de alimentos em área urbana tem importante influência na resolução de muitos problemas sociais, econômicos e ambientais gerados pelo próprio processo de urbanização, principalmente para as populações que historicamente possuem grande vínculo com a zona rural (NÓBREGA *et al.*, 2016). A prática da AU não é uma atividade recente, porém

nos últimos anos tem ganhado mais visibilidade devido aos inúmeros casos de sucesso na produção de alimentos. Nesse sentido, foi criada em 2019 a Lei nº 8.366 que dispõe sobre a Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, com vistas a promover ações que contribuam para o reconhecimento e a valorização da AU como prática sustentável, que garante a SAN de indivíduos em situação de vulnerabilidade, além de gerar renda a partir da reinserção de agricultores excluídos, estimulados pela inclusão nos grupos do Sistema Participativo de Garantia (SPG) como o da Rede Carioca de Agricultura Urbana¹ (Rede CAU), além de propor um novo destino e ressignificar os espaços urbanos produtores de alimento e sujeitos a especulação imobiliária.

Para Santos e Machado (2020) a formulação e implementação de políticas soberanas de abastecimento alimentar têm sido consideradas estratégias fundamentais que beneficiam a sociedade em geral, por garantir o acesso contínuo aos alimentos pelas populações de menor renda e grupos mais vulneráveis, como também o acesso a alimentação adequada e saudável para todos. Sabendo que todo alimento traz em si uma história, conhecer os atores envolvidos no processo produtivo e qual a trajetória daquele alimento até o consumidor final nos torna mais conscientes quanto à importância da agricultura tanto para quem produz e comercializa os alimentos, como para quem os consome. Devido à escassez de informações quanto à produção de alimentos na AU e a importância de pesquisas e estudos sobre os diferentes canais de comercialização utilizados, viu-se a necessidade de pesquisar sobre o assunto.

Apesar dos avanços alcançados em termos de políticas públicas, persistem alguns obstáculos como os gargalos no escoamento da produção, que pode ser considerado um dos principais entraves para o fortalecimento da AU. De acordo com a pesquisa bibliográfica, as feiras constituem o principal canal de comercialização utilizado pelos pequenos agricultores. Isso se deve principalmente pela proximidade entre o local de produção e comercialização, caracterizando uma venda direta sem a necessidade de atravessadores, garantindo ao agricultor um valor mais justo pelo alimento produzido. Para Oliveira e Abreu (2015) a venda da produção desses agricultores em circuitos com atravessadores gerava precariedade do ponto de vista da renda, por não obter valores satisfatórios pelos alimentos produzidos.

OBJETIVO GERAL

Levantar dados que ajudem a compreender a importância da comercialização em feiras na geração de renda e fortalecimento da AU, possibilitando um maior reconhecimento da agricultura praticada em espaços urbanos no município do Rio de Janeiro.

Objetivos Específicos

- Caracterizar o perfil dos agricultores urbanos;
- Identificar e mapear os principais núcleos de comercialização;
- Avaliar a contribuição da agricultura urbana para a geração de emprego e melhoria da renda familiar;

¹A Rede CAU é um movimento social criado em 2009 que agrega representantes de diversas organizações populares, instituições de pesquisa e ensino, bem como agentes não governamentais, para a defesa da agroecologia na cidade do Rio de Janeiro (OLIVEIRA e ABREU, 2015). A rede está vinculada à Articulação de Agroecologia do Estado do Rio de Janeiro (AARJ), ao Coletivo Nacional de Agricultura Urbana e à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

- Identificar as dificuldades enfrentadas pelas famílias pesquisadas na prática da agricultura urbana e periurbana.

REVISÃO DA LITERATURA

Agricultura Urbana

A agricultura, que antes era uma atividade de maior visibilidade apenas em áreas rurais, vem ganhando força também nas cidades; seja pelo histórico agrícola da região, pois muitas áreas que antes eram consideradas rurais hoje são totalmente urbanizadas, ou como resistência às situações de vulnerabilidade em que a maioria da população urbana se encontra. Com isso, a AU ganhou destaque como elemento essencial no planejamento urbano e nas políticas públicas para o desenvolvimento sustentável das cidades, baseado sobretudo no melhor aproveitamento dos espaços urbanos, na melhoria da segurança e soberania alimentar da população e na conservação e preservação dos recursos naturais e dos ecossistemas urbanos.

Os projetos de agricultura urbana apresentam influências em diversas esferas como alimentação, pela maior diversidade e disponibilidade de alimentos, geração de emprego e renda para os agricultores, transmissão do conhecimento tradicional das práticas agrícolas e no uso de plantas medicinais como terapia (NASCIMENTO, 2018).

Segundo Santandreu e Lovo (2007) a AU é um conceito ainda em construção devido a sua característica multidimensional, que inclui a produção ou transformação de produtos agrícolas e pecuários em zonas intra e periurbanas, para autoconsumo ou comercialização, (re)aproveitando de modo eficiente e sustentável os recursos e insumos locais, respeitando os saberes e conhecimentos tradicionais e promovendo a equidade de gênero através de processos participativos para a melhoria da qualidade de vida da população e da gestão dos agroecossistemas urbanos. De acordo com a Lei nº 8.366 (BRASIL, 2019), entende-se como agricultura urbana o conjunto de atividades de cultivo de hortaliças, plantas medicinais, espécies frutíferas e flores, bem como a criação de animais de pequeno porte, piscicultura e a produção artesanal de alimentos e bebidas para o consumo próprio ou para a comercialização em pequena escala, realizada nas áreas delimitadas pelos municípios como urbanas ou de expansão urbana.

A AU é praticada em residências, em quintais, lajes, terraços ou telhados, ocupando aquele espaço antes improdutivo no terreno. Também é comum em ambientes coletivos, tais como escolas, creches, asilos, penitenciárias, centros de saúde, associações, dentre outros (PNAUP, 2014). Porém, a principal característica que diferencia este tipo de agricultura da tradicionalmente desenvolvida em áreas rurais, não é o local que ela se desenvolve, e sim o fato dela estar totalmente integrada e interagir com o sistema econômico e ecológico urbano (MOUGEOT, 2000).

Do ponto de vista dos atores, outra diferença marcante na AU é a predominância de mão de obra familiar, visto que a AU é desenvolvida em pequenos espaços ao redor da casa, onde a própria família produz o alimento que será consumido ou comercializado. De acordo com Arruda (2011), há uma grande variedade de agricultores urbanos. Embora muitos venham de municípios rurais, tanto do estado do Rio de Janeiro, como de Minas Gerais, Espírito Santo e Ceará e façam parte das camadas mais pobres da população, há também os que pertencem à classe média, como empresários e profissionais liberais que investem em atividades direcionadas a nichos específicos de consumo, sem necessariamente ter um histórico familiar ligado à agricultura.

A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, define os critérios para identificação do agricultor familiar. Segundo o artigo 3º desta lei, considera-se agricultor familiar e

empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Essa definição ilustra bem o principal problema enfrentado pela agricultura desenvolvida na cidade, a invisibilidade, pois de acordo com a Lei nº 11.326 (BRASIL, 2006) a AU não se encaixaria no conceito legal de agricultura familiar por não estar inserida no meio rural. Dessa forma, o agricultor urbano não consegue ter acesso as políticas públicas de incentivo à produção agrícola familiar, como a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

A execução da política de desenvolvimento urbano dos municípios brasileiros se dá através do seu Plano Diretor Municipal, onde se estabelece o uso e as características de ocupação de todo o território municipal, fazendo com que os imóveis cumpram sua função social. O Plano Diretor também deve aproximar as práticas existentes na zona rural com as da zona urbana, uma vez que suas diretrizes devem contemplar o território do município como um todo. Porém, o que se tem observado é que os municípios, principalmente aqueles integrantes das regiões metropolitanas, vêm diminuindo sua área rural, geralmente, objetivando aumentar a arrecadação municipal, mediante o Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, em detrimento do Imposto Territorial Rural – ITR. Nessa conjuntura, cada vez menos agricultores conseguem de fato acessar as políticas públicas relacionadas à agricultura, visto que as áreas consideradas rurais têm deixado de existir de acordo com o Plano Diretor Municipal.

Para Silva (2017), conquistar o direito de praticar a AU na cidade do Rio de Janeiro é uma luta que começa a ser travada desde a auto-identificação de agricultor e agricultora urbano/a; depois pelo reconhecimento destes sujeitos pela sociedade carioca; e pelo direito de comercializar a produção em mercados diferenciados que valorizem o alimento em seu aspecto nutritivo, cultural e político. A AU é uma atividade que apresenta potencialidades para o desenvolvimento sustentável das cidades, visto que, quando as relações agrícolas se desenvolvem no mesmo espaço de moradia dos atores, ocorre uma maior preocupação com as questões de saúde, tendo a agroecologia como fundamento que norteará o processo produtivo (FERREIRA, 2013).

Agroecologia e Produção Orgânica de Alimentos

A agroecologia é uma importante ferramenta na implementação de estratégias para viabilizar produções agrícolas desenvolvidas em área urbana, em função principalmente da valorização dos recursos locais e da diversificação da produção, procurando manter ou recuperar a paisagem e a biodiversidade dos agroecossistemas. Para isto, os sistemas agroecológicos procuram potencializar a reciclagem de energia e nutrientes, como forma de minimizar a perda destes recursos durante os processos produtivos (AQUINO et al., 2007).

Para Meirelles (2004) as iniciativas agroecológicas são caracterizadas pela ética e garantia dos direitos sociais, resgate das sementes crioulas pelas famílias agricultoras, conservação dos recursos naturais, produção de alimentos livres de contaminantes e a articulação de novas relações entre comercialização e consumo de alimentos. Há que se destacar também a crítica ao sistema degradante de acumulação de capital e o importante papel de resistência que a agroecologia reproduz, contra as crescentes pressões exercidas devido à

ocupação das áreas rurais pelo agronegócio. A produção de bens agrícolas e não agrícolas envolvem questões culturais pela preservação da tradição local, mantendo a identidade com o território onde são produzidos, estes elementos agregam valor à atividade agrícola e formam o mosaico da multifuncionalidade da AU de base agroecológica.

A esse respeito, Pessoa et al. (2006) salientam que em especial as verduras e frutas da época são mais consumidas a partir da disponibilidade proporcionada pela prática da agricultura urbana, promovendo melhorias na SAN e conseqüentemente sobre a saúde e qualidade de vida das famílias envolvidas, visto que as produções são obtidas praticamente sem o uso de agrotóxicos, estando muito próximas ao padrão dos alimentos orgânicos, o que confere um caráter mais saudável à produção. É importante ressaltar que a finalidade de um sistema de produção orgânico vai além da não utilização de agrotóxicos, o cultivo deve respeitar aspectos ambientais, sociais, culturais e econômicos, garantindo um processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local, que promova a oferta de alimentos saudáveis isentos de contaminantes, baseado na promoção do uso saudável do solo, da água e do ar (BRASIL, 2003).

O conceito de sistema orgânico de produção é regido pela Lei nº 10.831/2003, de acordo com a lei, para que um produto seja comercializado como orgânico precisa ter sua conformidade avaliada. Essa avaliação pode ser realizada de três formas, duas exigem a aplicação de um selo padronizado nacionalmente que atesta “produto orgânico”, a Certificação por Auditoria e o Sistema Participativo de Garantia (SPG). O SPG é uma modalidade de avaliação da produção agroecológica/orgânica mais adequado para o pequeno agricultor, obtido pela verificação do cumprimento das normas em conjunto com os próprios agricultores membros do SPG, e com a participação de outros colaboradores (consumidores e instituições de assessoria técnica). O terceiro mecanismo de avaliação da conformidade é o controle social, que não exige a aplicação de um selo, viabilizando a venda direta do agricultor para o consumidor final, desde que o agricultor esteja vinculado a uma Organização de Controle Social (OCS). Essa venda direta ocorre de diversas maneiras, a mais antiga é através das feiras, que tem forte presença no Sudeste e Nordeste do Brasil. As feiras desempenham um papel importante na comercialização, principalmente de verduras, legumes e frutas na maioria dos centros urbanos (RIBEIRO, et al., 2003).

O mercado brasileiro de alimentos orgânicos detém notável crescimento, de acordo com o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos — que abrange as propriedades com produção vegetal e animal certificadas — atualmente são 21.028 agricultores orgânicos registrados no Brasil. A Região Sul vem à frente, com 8.716 produtores, seguida das regiões Nordeste com 4.913 e Sudeste com 4.656 produtores. Os estados que se destacam em número de produtores são: Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina, Pará, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Ceará e Bahia. O estado do Paraná é líder em produção de alimentos orgânicos, ocupando o primeiro lugar como o estado que contém mais propriedades certificadas, ao todo são 3.871 produtores (MAPA, 2020).

O chamado segmento de FLV (frutas, legumes e verduras), foi a alavanca das iniciativas em produção orgânica no Rio de Janeiro, Brasília, Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná (ASSIS; ROMEIRO, 2007). As hortaliças e frutas em geral são de grande importância para a AU, as hortaliças devido ao seu ciclo curto, possibilitando um retorno financeiro mais rápido e as frutas pelo maior valor de mercado, por fazerem parte da cultura local, devido à presença de frutíferas em espaços como quintais ou áreas públicas da cidade e devido à possibilidade de beneficiamento, como compotas e geleias.

O emprego das práticas agroecológicas em área urbana se justifica por diversos motivos, mas principalmente por representar a luta contra um padrão de alimentação imposto, que valoriza e fomenta cada vez mais a industrialização em detrimento da alimentação natural, culturalmente praticada pelos agricultores. Vários estudos têm mostrado que os agricultores orgânicos que seguem um enfoque agroecológico conseguem resultados satisfatórios em vários

aspectos ligados à sustentabilidade (DAROLT, 2012). Destaca-se ainda que a produção orgânica de alimentos em área urbana significa soberania e segurança alimentar e nutricional para a população das cidades. A AU traz consigo as mais variadas possibilidades de adotar a prática e promover a soberania alimentar e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), princípios que norteiam a SAN.

Segurança Alimentar e Nutricional

A alimentação adequada e saudável é um direito humano básico que envolve a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar satisfatória aos aspectos biológicos e sociais do indivíduo e que deve estar em acordo com as necessidades alimentares especiais; ser referenciada pela cultura alimentar e pelas dimensões de gênero, raça e etnia; acessível do ponto de vista físico e financeiro; harmônica em quantidade e qualidade, atendendo aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação e prazer; e baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis (BRASIL, 2014). Ainda que o direito à alimentação seja reconhecido pela Constituição Federal, expresso em seu artigo sexto, criando para o Estado Brasileiro a obrigação de respeitar, proteger e promover uma alimentação adequada para a população (BRASIL, 2010), os números de pessoas em vulnerabilidade alimentar só crescem.

De acordo com Nascimento et al. (2011) a SAN é a garantia ao acesso permanente de alimentos em quantidade e qualidade adequadas para atender as necessidades biológicas de energia e nutrientes. De acordo com o conceito consagrado nos documentos da FAO (1996), a segurança alimentar é a estabilidade no acesso físico e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos que atinjam as necessidades e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável.

A agricultura urbana é uma importante ferramenta para a garantia da SAN das famílias que a praticam, sobretudo as populações mais pobres. A qualidade da alimentação das famílias em área urbana é dependente dos alimentos que produzem, seja pela diversidade que a produção oferece ou pelo aumento da renda familiar através da venda de excedentes, o que proporciona a aquisição de outros gêneros alimentícios e conseqüente melhoria da dieta alimentar. A SAN se estabelece pelo permanente acesso ao consumo de alimentos essenciais para a manutenção da saúde, como hortaliças, legumes e frutas e, por estarem livres de contaminantes.

Para Meirelles (2004) todas as pessoas devem ter direito a um abastecimento alimentar seguro, nutricionalmente apropriado e em quantidade e qualidade suficientes para suprir o seu pleno desenvolvimento. Ele ressalta ainda que o modelo de desenvolvimento agrícola adotado no Brasil a partir da década de 70 foi influenciado pela chamada Revolução Verde, com ampla utilização de fertilizantes químicos e agrotóxicos, visando o aumento da produção e da produtividade agrícola, através de um sistema que tem se mostrado insustentável. Mesmo com uma produção de alimentos suficiente para que cada pessoa do planeta consuma todos os dias uma alimentação saudável, diversificada e nutritiva, existe um grande número de famintos no mundo, afirma Weid (2004). Essa dicotomia se explica pela concentração de terras e renda, êxodo rural e ao fato da maior parte da produção agrícola não ser destinada à alimentação, mas sim ao agronegócio. Conclui-se então que o progresso prometido pela Revolução Verde não foi capaz de suprir a demanda por alimentos, pois o problema não é a quantidade de alimento produzido e sim sua distribuição, muitas pessoas ainda passam fome por não terem acesso ao alimento, problema causado sobretudo pela pobreza extrema em que parte da população se encontra. Segundo Maluf e Menezes (2000) a pobreza ocupa um lugar decisivo na insegurança alimentar, isto é, do não acesso regular a uma alimentação adequada, dando origem aos fenômenos da fome e da desnutrição.

Além disso, há outros obstáculos na agricultura moderna que comprometem a soberania e segurança alimentar e nutricional para além do acesso a alimentos em quantidade, com regularidade e qualidade. A contaminação por agrotóxicos é um crescente problema, ocorre devido ao não cumprimento do período de carência e do intervalo de aplicações ou ainda pela aplicação de superdoses. Vale ressaltar que o Brasil tem se mantido em primeiro lugar na lista dos países que mais utilizam agrotóxicos, fazendo uso de substâncias que já foram proibidas em diversos países. De acordo com Favareto e Nakagawa (2017), seria preciso caminhar na direção de uma agricultura de base ecológica, em vez das grandes monoculturas, cuja produtividade está firmada no uso de agrotóxicos.

Com base em resultados obtidos por experiências inovadoras em todo o mundo, Weid (2004) afirma que o uso de técnicas agroecológicas possibilita a construção de sistemas agroalimentares mais sustentáveis, agregando à produção de alimentos outros aspectos, destacando-se a valorização do agricultor, dos recursos locais e da diversidade de espécies de plantas cultivadas pelos agricultores familiares, com vistas a responder aos graves problemas de abastecimento alimentar, assim como aos problemas econômicos, sociais e ambientais que vêm se intensificando com o avanço da agricultura industrial.

Agricultura no Município do Rio de Janeiro

Histórico

A agricultura de base familiar sempre foi uma importante atividade para o município do Rio de Janeiro, sobretudo na Zona Oeste, que por muito tempo foi polo de abastecimento agrícola da capital. A região ainda apresenta traços de um passado rural que se confirma pela forma que era conhecida antigamente: o Sertão Carioca. O sustento dos pequenos agricultores da região dependia da venda de produtos agrícolas e outras mercadorias nos núcleos de comércio e povoamento, o que era possível devido à relativa proximidade física e econômica da cidade (CORRÊA, 1936).

O processo de invisibilização da atividade agrícola na região começa a partir de um projeto de zoneamento urbano explícito no Decreto nº 1.185 de 4 de janeiro de 1918, tal Decreto dividiu, com base na topografia, a cidade do Rio de Janeiro em três zonas: urbana, suburbana e rural. A instituição deste decreto transformou aproximadamente 70% da área correspondente à zona rural em área suburbana, projetando assim uma nova cidade e determinando os usos da terra e buscando o controle da expansão e do adensamento urbano (OLIVEIRA, 2017). Ainda assim, a atividade agrícola persistiu na região, famílias de agricultores têm como meio de vida a produção e comercialização de produtos agrícolas, lutando para manter suas territorialidades e modos de vida específicos (PRADO et al., 2012). Eles se reconhecem como “agricultores e agricultoras urbanos/as”, muitos deles/as com famílias que já residiam nas antigas zonas rurais do Rio de Janeiro há mais de um século, como é o caso dos moradores do interior do maciço da Pedra Branca², aonde hoje abriga o Parque Estadual da Pedra Branca; outros/as vindos de outros estados, no contexto da modernização da agricultura e o conseqüente êxodo rural que marcou as décadas de 1960-1980 (SILVA, 2017) com o crescimento da população em área urbana em detrimento da rural, como podemos ver na Tabela 1.

² O maciço da Pedra Branca está dentro do Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB) criado através da lei estadual nº 2.377 de 28/06/1974. Estende-se por 12.500 ha (125 km²) fazendo limite com vários bairros da Baixada de Jacarepaguá (Vargem Grande, Vargem Pequena, Camorim e Taquara) e da Zona Oeste (Jardim Sulacap, Realengo, Bangu, Senador Camará, Senador Vasconcelos, Campo Grande, Guaratiba e Barra de Guaratiba). No Parque, está situado o ponto culminante do município do Rio de Janeiro, o Pico da Pedra Branca (VALLEJO et al., 2009).

Tabela 1 População urbana e rural do Rio de Janeiro entre 1960 – 2010

Rio de Janeiro	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Urbano	5.300.629	8.013.057	10.546.547	12.177.144	13.798.096	15.464.239
Rural	1.409.262	1.097.267	943.250	606.617	568.987	525.690

Fonte: IBGE – Censo Demográfico.

O Rio de Janeiro apresentou fatores muito característicos para a migração da população da zona rural para a cidade, como a crescente industrialização, as atividades portuárias e turísticas. No entanto, mesmo com a forte urbanização e a consequente desruralização, a ligação do ser humano com a terra nunca foi totalmente perdida, produção agrícola e animais continuaram a dividir a mesma área, porém agora urbana. Ao se estabelecerem no meio urbano, as famílias de antigos agricultores se viram obrigadas a desenvolver modos de vida muito diferentes daqueles a que estavam acostumadas. Segundo Barros (2011), esses processos de reorganização espacial decorrem de mudanças sociais em andamento tanto no espaço rural quanto no espaço urbano.

De acordo com Fernandez (2009) a nomeação da antiga Zona Rural da cidade (antes chamada de Sertão Carioca) como Zona Oeste, empreendida pelo Governo do Estado da Guanabara, nos anos 60, contribuiu para anunciar e consolidar novos usos industriais e urbanos que já estavam se desenvolvendo, e assim invisibilizar a atividade agrícola que ainda hoje é praticada na região. Segundo a autora pouco se sabe sobre a agricultura no Município do Rio de Janeiro, nas estatísticas do Ministério da Agricultura a cidade sequer é reconhecida como área agrícola. O atual Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro, regido pela Lei Complementar nº 111 de 1º de fevereiro de 2011, não prevê o zoneamento rural, mas admite a atividade agrícola, de acordo com ele todo o território do Rio de Janeiro é considerado urbano (LIMA, 2019). Mesmo estando dentro do município do Rio de Janeiro, que é considerado 100% urbano pelos planos de desenvolvimento da cidade, as roças existem e estão localizadas em áreas distantes, em terrenos bem acidentados. Além de todos esses desafios para a produção, colheita, beneficiamento e transporte, os agricultores precisam enfrentar a dificuldade de obtenção do Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), documento requerido para as vendas institucionais.

Desde a década de 90, a prefeitura do Rio de Janeiro tem modificado os padrões de uso do solo urbano, passando a cobrar o IPTU em diversas áreas da Zona Oeste, alegando o grande processo de urbanização e a inexpressividade da agricultura na região. A Zona Oeste ao longo de muitos anos oscila entre o rural e o urbano, pois seu processo de integração econômica, social, política, cultural e ambiental foi construído em torno da ideia de natureza e da aptidão agrícola, ainda presente na memória coletiva, mesmo com a crescente urbanização que se manifestou em diferentes momentos, como por exemplo, no desmembramento de fazendas centenárias em loteamentos e na criação de polos industriais (OLIVEIRA, 2017).

Os reflexos do processo de crescimento urbano injusto e desigual, além da expansão das cidades sobre as áreas de produção de alimentos, são a degradação ambiental, a distribuição desigual da infraestrutura básica e dos investimentos, o desemprego e a insegurança alimentar e nutricional (PNAUP, 2014). De acordo com Oliveira (2005), a cidade do Rio de Janeiro cresceu desordenadamente em direção à Zona Oeste, e pode repetir no maciço da Pedra Branca, as tragédias de ocupação que aconteceram nas encostas da Tijuca.

Nesse contexto, as atividades agrícolas desenvolvidas pela AU são uma alternativa para atender às necessidades alimentares das populações mais pobres e ainda melhorar a renda familiar, criando oportunidades de emprego pela comercialização do excedente da produção (CRIBB et al., 2009). Visto que a população urbana depende quase que integralmente da

compra de alimentos, estando, portanto, mais vulnerável a situações como o aumento dos preços ou devido à variação da renda familiar. Além disso, o desenvolvimento dessa atividade também contribui para fortalecer a organização comunitária, ao mesmo tempo em que traz um maior protagonismo da mulher, valoriza a cultura local, e assegura um papel importante aos grupos organizados e o conhecimento popular sobre plantas e métodos de plantio (ARRUDA, 2011).

No panorama da agricultura no município do Rio de Janeiro, as produções de banana, acerola, manga, mandioca, limão e caqui se destacam na produção do Estado de acordo com o Censo Agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), porém cabe acentuar que a metodologia do Censo utilizado pelo IBGE, que em um país de dimensões continentais como o Brasil, precisa de recortes para analisar de maneira geral o panorama agropecuário, contudo acaba por não revelar a verdadeira amplitude e a realidade da AU.

Comercialização de Alimentos

Dentre os principais meios de comercialização, destaca-se na AU a venda direta ao consumidor, que pode ser entendida como venda sem intermediários, onde o alimento é entregue pelo agricultor ao consumidor final. As feiras tem um importante papel por aliar abastecimento urbano de gêneros alimentícios de primeira necessidade, ao estímulo a uma produção agroalimentar geograficamente mais próxima, possibilitando uma melhoria no acesso a alimentos em locais com menor fluxo de dinheiro. Para a agricultura urbana, representam acesso ao mercado, e maior apropriação dos ganhos obtidos ao longo da cadeia produtiva devido à ausência (ou baixa participação) de intermediários.

Tassi (2011) fala da necessidade da população urbana se inserir na luta pela pequena produção e da importância de se articular circuitos alternativos de comercialização. O circuito curto oferece ao pequeno agricultor o acesso ao mercado sem a presença de intermediários, na forma de venda direta agricultor-consumidor, estreitando a relação entre quem produz e quem consome, através de troca e circulação de mercadorias de forma democrática e solidária para ambas as partes. Esses circuitos impactam positivamente a economia local com o pagamento de preços mais justos pelos consumidores e ganhos condizentes ao trabalho desenvolvido pelos agricultores, além de valorizar a cultura, a paisagem e os recursos naturais. Importante ressaltar que o termo “curta” não se refere à distância geográfica e sim ao processo de comercialização, que passa a ocorrer sem a presença de atravessadores. Destaca-se ainda, a maior autonomia do agricultor em relação aos circuitos longos orientados pela lógica capitalista do mercado (DAROLT, 2012).

A comercialização de alimentos em feiras surgiu a partir do momento que o homem começou a produzir além das suas necessidades básicas, possibilitando a troca do excedente, caracterizando o primeiro tipo de mercado que algum tempo depois viria a se tornar o que conhecemos hoje, onde o dinheiro é a moeda de troca. De acordo com Costa e Santos (2016), as feiras livres estão presentes no Brasil desde a colonização, sendo ainda uma importante forma de comercialização presente nas cidades. Apesar de ser uma antiga atividade comercial, as feiras se expressam, atualmente, tanto nos pequenos como nos grandes centros urbanos.

Para Pierri (2010) as feiras possibilitam o abastecimento alimentar das camadas mais pobres da população, em função do barateamento dos bens oferecidos pelos agricultores familiares, sendo um fator importante para a reprodução das famílias urbanas assalariadas. Uma pesquisa realizada em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) identificou 140 feiras orgânicas certificadas em 22 das 27 capitais brasileiras. O estudo aponta que onde a agricultura de base familiar está presente as vendas diretas são mais expressivas. As feiras oferecem ao pequeno agricultor familiar a oportunidade de adquirir sua independência

econômica através da comercialização dos alimentos, além de proporcionar melhorias na alimentação do núcleo familiar.

Apesar do sucesso inicial, esse tipo de comercialização tem representado dificuldades para a expansão da olericultura orgânica para um maior número de agricultores, devido à baixa escala de comercialização quando comparada a grandes redes de supermercado e hortifruti. Os pequenos agricultores, apesar de terem origem rural e praticarem no geral uma agricultura mais sustentável e em consonância com a natureza, sofrem com a invisibilidade social a que foi relegada a atividade agrícola na Zona Oeste da cidade. Para Darolt (2013), em unidades de produção de pequeno porte, é fundamental agregar valor ao produto (beneficiamento), vender sempre que possível de forma direta e potencializar os serviços na propriedade. A multiplicação dos circuitos curtos e de formas inovadoras de acolhida na propriedade potencializa a agricultura de base ecológica, aproxima agricultores e consumidores e reconecta o mundo rural e o urbano. Em circuitos curtos, as práticas agrícolas utilizadas, a organização do trabalho, os volumes de produção e os tipos de produtos devem ser adaptados para responder às demandas dos consumidores.

A maioria dos agricultores de base agroecológica que possui uma produção expressiva utiliza basicamente de dois a três canais de venda (feiras, entrega de cestas em domicílio e, nos últimos anos, compras governamentais), embora existam mais alternativas (DAROLT, 2012). Hoje são aproximadamente 20 feiras no município do Rio de Janeiro que pertencem ao Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO), este número aumenta para quase 40 quando contabilizamos as feiras que não fazem parte do Circuito, como as Feiras Agroecológica, da Roça e da Agricultura Familiar, entre elas podemos destacar a Feira da Roça, Agroecológica e Cultural de Vargem Grande e a Feira Agroecológica da Freguesia, em Jacarepaguá. De acordo com Ribeiro *et al.* (2003), as feiras são mais que simples programas de abastecimento alimentar para populações de escassos recursos: são iniciativas de âmbito local, que relacionam o abastecimento com a produção agroalimentar. A feira facilita o acesso a bens de primeira necessidade e serviços para pessoas do campo e da cidade que participam como vendedores, e serve para distribuir alimentos in natura e beneficiados em áreas onde a ausência de dinheiro torna impossível a manutenção de grandes estoques, além de movimentar mercadorias e dinheiro em áreas de economia estagnada.

Para Silva (2017) a construção de novos mercados solidários e de proximidade e o acesso às políticas públicas têm qualificado o debate em torno da agricultura de base ecológica e da autoafirmação da identidade de agricultor urbano (a), pois à medida que esse alimento chega na mesa dos consumidores, há o reconhecimento e a consequente valorização dessa prática em área urbana e periurbana. Segundo Ribeiro *et al.* (2003), a feira não é apenas um espaço reduzido onde acontece a comercialização: feira é o reflexo de uma sociedade construída pela população, pela economia, pela cultura e pelas instituições locais. A feira apresenta-se ainda como um canal de distribuição de produtos diferenciados, cuja produção é feita a partir de métodos quase “artesaniais”, o que não acontece na produção convencional feita pelos grandes proprietários, que abastecem os demais canais de comercialização. Assim, a possibilidade de encontrar produtos naturais a preços mais acessíveis representa um atrativo para a feira, cuja oferta de alimentos de alta qualidade, sem agrotóxicos, sem aditivos químicos e produzidos com base no conhecimento acumulado no local, possibilita aos habitantes urbanos terem uma alternativa para melhorar a sua alimentação” (RICOTTO, 2002, p.7). Neste contexto, a produção e comercialização de alimentos orgânicos, ganha espaço e, cada vez mais, esse tipo de produto conquista a preferência dos consumidores, preocupados com a alimentação, saúde e qualidade de vida.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa utilizou como princípios metodológicos uma variedade de técnicas de coleta de dados, como: levantamento bibliográfico relacionado à AU, observação participativa (visitas às feiras), entrevistas guiadas através de questionários semiestruturados, gravação de áudio e registro de imagens. A abordagem da pesquisa priorizou procedimentos que permitissem uma análise qualitativa, por acreditar que apenas a abordagem quantitativa poderia não considerar informações relevantes obtidas empiricamente.

A primeira seção do questionário semiestruturado abordou questões sobre o perfil social dos entrevistados. Em uma segunda seção, foram feitas perguntas sobre a atuação familiar na agricultura. E na terceira seção, foram abordadas questões sobre a comercialização nas feiras. Para a apreciação dos dados, foi feita uma análise qualitativa, com embasamento teórico prévio das observações coletadas ao longo da pesquisa.

A revisão bibliográfica corresponde a uma das primeiras etapas a ser desenvolvida no processo de investigação, pois é através dela que se torna possível conhecer sobre a situação atual da temática que se pretende abordar, averiguar as publicações existentes e ainda identificar os problemas associados à pesquisa do tema (SILVA e MENEZES, 2005).

Além da revisão bibliográfica, serão utilizados alguns dados de instituições oficiais, como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o IBGE, e dados coletados durante a pesquisa de campo, permitindo assim a conjunção de dados quantitativos e qualitativos.

Caracterização da Área de Estudo

O presente trabalho buscou analisar a comercialização dos alimentos produzidos pela AU no município do Rio de Janeiro a partir das feiras orgânicas do CCFO, porém quase todos os agricultores que estão no Circuito são de outros municípios do Rio de Janeiro, principalmente Teresópolis, Petrópolis e Nova Friburgo, portanto não se enquadram na área de estudo.

Através da bibliografia consultada, ficou claro que a Zona Oeste ainda abarca os núcleos de maior importância, quanto ao volume de produção, para a AU. Em parceria com a AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa), foram escolhidas as feiras a serem visitadas para a obtenção dos dados pertinentes à pesquisa, todas situadas na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro (Figura 1). São elas: Feira Agroecológica de Campo Grande, Feira Orgânica do Rio da Prata, Feira da Roça, Agroecológica e Cultural de Vargem Grande e a Feira Agroecológica da Freguesia, em Jacarepaguá.

Segundo o Censo Demográfico do IBGE (2010), a região da Zona Oeste conta com uma população de 2.614.728 habitantes, que representa 41,36% do total do município do Rio de Janeiro (6.320.446 habitantes). É a região de maior expansão demográfica da cidade, com alto índice de favelização, crescente urbanização e numerosos investimentos imobiliários fomentados pela especulação imobiliária. Sua área corresponde a aproximadamente 885,74 km², ou seja cerca de 73,97% do total do município do Rio de Janeiro.

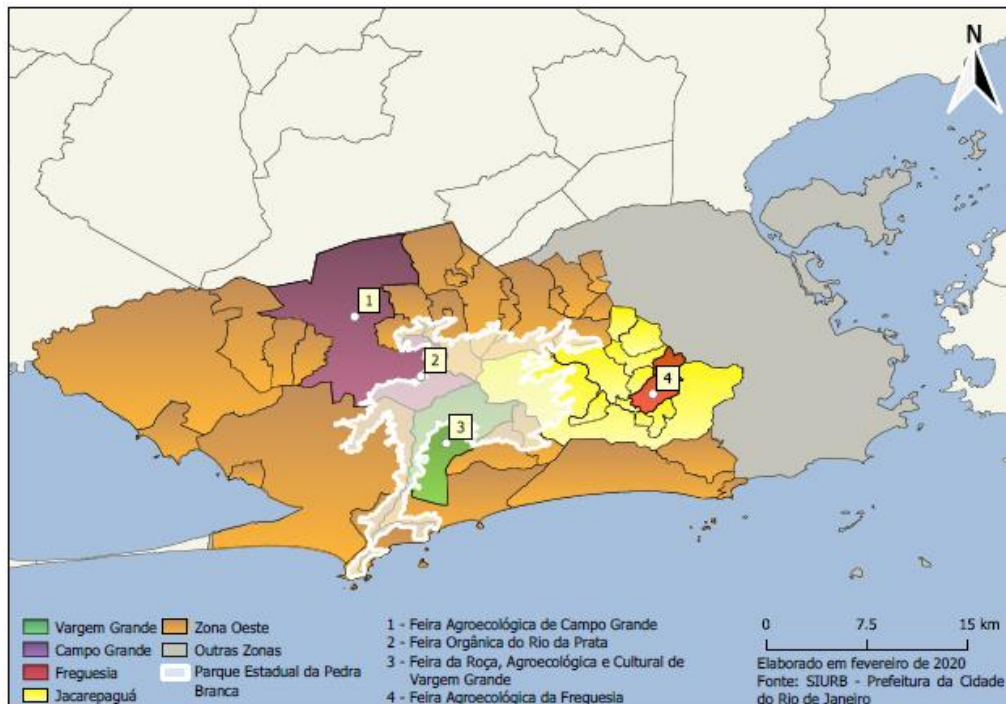


Figura 1 A Zona Oeste do Rio de Janeiro com destaque para as feiras visitadas. **Fonte:** Juliana S Barbosa

Localizada no extremo oeste do município, a Zona Oeste é uma antiga denominação utilizada até os dias de hoje para definir o espaço geográfico ocupado pelos bairros que de acordo com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro ocupam as Áreas de Planejamento (AP) número 4 e número 5. A referida prefeitura não utiliza a nomenclatura “Zona Oeste”, por não dividir a cidade por zonas de habitação, mas sim, por Áreas de Planejamento. Apesar de geograficamente incluir as regiões da AP4 e AP5, a população passou a identificar como Zona Oeste apenas a AP5 e alguns bairros da AP4, com características socioeconômicas parecidas a da AP5. Esta imprecisão na nomenclatura é consequência da estreita relação entre a localização geográfica e nível social, uma característica da Cidade do Rio de Janeiro, onde descrições geográficas são generalizadas e confundidas com caracterização social.

A Zona Oeste é composta por 40 bairros e 8 regiões administrativas, das quais três fazem parte da delimitação do estudo: Bangu, Campo Grande e Jacarepaguá. A AP-4 é composta pela Região Administrativa XVI - Jacarepaguá, Região Administrativa XXXIII - Cidade de Deus e Região Administrativa XXIV - Barra da Tijuca e a AP-5 é composta pelas Regiões Administrativas XVII - Bangu, XVIII - Campo Grande, XIX - Santa Cruz, XXVI - Guaratiba e XXXII - Realengo.

Coleta de Dados

Para o desenvolvimento da pesquisa de campo, foram selecionadas como técnicas de coleta de dados as entrevistas e a observação participativa. A pesquisa de campo é uma etapa essencial, pois proporciona ao pesquisador conhecer e aprofundar os estudos sobre um tema específico. Dentro desse contexto, a investigação teve o propósito de aprofundar o estudo sobre a comercialização de alimentos da AU em feiras e sua capacidade de gerar renda.

Para isso, foram realizadas entrevistas através de questionário semiestruturado (Anexo B) com questões abertas e fechadas. As entrevistas transcorreram de agosto de 2019 a dezembro

de 2019. O questionário é um mecanismo utilizado na pesquisa que possibilita ao pesquisador obter respostas que não teria acesso através da utilização de outros mecanismos. Numa entrevista existe maior flexibilidade na obtenção das informações pelo pesquisador, pois estas não ficam restritas às respostas que já são pré-determinadas. A flexibilidade da entrevista faz dela uma técnica muito melhor para se obter informações acerca de assuntos ainda pouco explorados, como no caso da comercialização dos alimentos da AU.

Antes de iniciar a entrevista, a pesquisadora apresentou ao agricultor o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), conforme exposto no Anexo A. Com o termo, o participante da pesquisa pode ter acesso ao tema do trabalho, aos objetivos, métodos, riscos e benefícios da realização do estudo. Após estar ciente e de acordo com o TCLE o agricultor assinou o documento e concedeu a entrevista, sendo assegurado o sigilo de sua identidade.

Os questionários foram direcionados aos agricultores urbanos que participam das feiras utilizadas como espaço amostral para a pesquisa. Buscando assim caracterizar o perfil do agricultor através de informações como idade, gênero e escolaridade, caracterizar a produção, sobretudo quanto aos alimentos produzidos e utilizados na alimentação do núcleo familiar e reunir dados que caracterizem a comercialização de alimentos em áreas urbanas. As entrevistas foram gravadas com auxílio de aparelho celular e permissão dos agricultores, dessa forma nenhuma informação é perdida, podendo ser consultada a qualquer momento para esclarecimentos. O questionário utilizado nas entrevistas foi dividido em 3 partes:

- Perfil Social;
- Produção;
- Comercialização.

De um total de 25 agricultores urbanos registrados no SPG da Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO) grupo Rede CAU, a entrevista foi realizada com 15 agricultores. Esses sujeitos são considerados os mais importantes para este estudo, pois são capazes de descrever, com propriedade, sobre as práticas de produção, o mercado e o ambiente em que estão inseridos. Além disso, são eles que podem relatar as principais dificuldades e desafios para a AU, além de apontar sugestões de melhoria no contexto da comercialização. É importante destacar que esses agricultores estão presentes em 13 espaços de comercialização dentro da cidade, entre eles as quatro feiras pesquisadas.

A segunda etapa do estudo refere-se à pesquisa documental, pela qual foram obtidos os dados secundários, através de documentos, relatórios, legislações, folders, folhetos, site da internet e publicações acadêmicas. Na concepção de Godoy (1995, p. 21) esse tipo pesquisa consiste no “exame de materiais de natureza diversa que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se interpretações novas e/ou complementares”. Estes dados complementaram os dados primários e ajudaram a pesquisadora na compreensão acerca da importância da comercialização em feiras para o fortalecimento da AU no município de Rio de Janeiro.

Visitas às Feiras

As quatro feiras visitadas ocorrem em três bairros distintos e juntas totalizam 24 barracas, mantendo uma média de 6 a 8 barracas por feira. É importante destacar que atualmente os agricultores urbanos do município do Rio de Janeiro dispõem de 13 espaços de comercialização dentro da cidade, entre eles as quatro feiras pesquisadas. Vedana (2013) considera as feiras como elementos importantes na estrutura social do meio urbano, uma vez que estes constituem uma dinâmica específica de ocupação e espaço. Na Tabela 2 abaixo consta o local, dia e horário de cada feira visitada.

Tabela 2 Local, dia e horário das feiras

FEIRA	BAIRRO	ENDEREÇO	DIA DA SEMANA	HORÁRIO
Feira Agroecológica de Campo Grande	Campo Grande	Av. Marechal Dantas Barreto, 95	Sábado	7 às 13h
Feira Agroecológica da Freguesia	Jacarepaguá	Pça. Professora Camisão	Sábado	8 às 13h
Feira Orgânica do Rio da Prata	Campo Grande	Sítio Farol da Prata - Est. Da Batalha, 202, Rio da Prata	Domingo	7 às 14h
Feira da Roça, Agroecológica e Cultural de Vargem Grande	Vargem Grande	Pça. José Baltar Vargem Grande	Domingo	8 às 13h

Fonte: Elaborado pela autora através de informações disponibilizadas pela Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ).

A Feira Orgânica do Rio da Prata (Figura 2) é a única que ocorre dentro do PEPB, visto que toda a produção vem daquela região, que já era agrícola muito antes de ser Parque. Como ressalta Fernandez (2009), os agricultores do PEPB encontram-se numa dicotomia, pois estão inseridos em uma área de proteção integral, sujeito a políticas ambientais, mas também integrados ao meio urbano, tanto fisicamente quanto em suas relações com o mercado. A imposição desse novo modo de vida com implicações de origem rural, urbana e ambiental, fez com que muitos moradores do PEPB deixassem suas casas, motivados principalmente pela legislação ambiental, que passou a vigorar com a criação do Parque, pressão urbana e a conseqüente descaracterização da agricultura.

No entanto, de acordo com Fernandez (2009) alguns agricultores/as permaneceram mesmo sob o conservadorismo da legislação ambiental.

Alguns dos agricultores que ali haviam se estabelecido com suas culturas, permaneceram e progressivamente tiveram que adaptar sua produção às restrições crescentes impostas pelos órgãos ambientais responsáveis pela administração do PEPB, tais como a proibição de roçar os terrenos, de fazer queimada, de expandir as áreas cultivadas, de fazer melhoria nos caminhos ou utilizar meios de transporte mais modernos. Toda a produção de banana e caqui do maciço da Pedra Branca, por exemplo, é transportada ainda hoje pelos burros que sobem e descem os caminhos íngremes do maciço. Tais restrições tornam a agricultura no maciço bastante árdua e limitam as possibilidades de expansão da produção ou introdução de novos cultivos (FERNANDEZ, 2009, p. 28).

Outra particularidade da Feira Orgânica do Rio da Prata é o revezamento entre os agricultores na barraca, a cada semana são escolhidos de dois a três agricultores que ficam responsáveis por ir à feira comercializar os alimentos produzidos por todos que compõem a AGROPRATA (Associação dos Agricultores Orgânicos da Pedra Branca). Na feira também encontramos alimentos produzidos em outros locais, como o morango quem vem do Brejal, em Petrópolis. Ao ser perguntado sobre a qualidade do alimento, o agricultor informou que conhece o sítio, pois já o visitou, do contrário não venderia os alimentos.



Figura 2 Feira Orgânica do Rio da Prata, no PEPB. **Fonte:** Juliana S Barbosa

Na oportunidade das visitas às feiras, foi realizada a técnica de observação participativa, definida como uma etapa em que a autora atua como espectadora, ou seja, estabelece o contato com a comunidade/grupo/realidade sem integrá-la (CHEMIN, 2012). A observação foi um procedimento imprescindível para este estudo, pois contribuiu no sentido de analisar as condições de trabalho dos agricultores, instalações físicas, a apresentação e a qualidade dos alimentos. Na Tabela 3 abaixo está o cronograma com o dia de cada visita. Durante a etapa da observação a autora fez uso de uma câmera fotográfica, pois a fotografia é capaz de fornecer informações que ilustram o cenário das feiras e são importantes fontes de dados.

Tabela 3 Cronograma das visitas às feiras

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	
FEIRA	DIA DA VISITA
Feira Orgânica do Rio da Prata	25/08/2019
Feira Agroecológica de Campo Grande	28/09/2019
Feira da Roça, Agroecológica e Cultural de Vargem Grande	03/11/2019
Feira Agroecológica da Freguesia	14/12/2019

Fonte: Elaborado pela autora.

Outro recurso metodológico utilizado foi o fluxograma de comercialização, nele é possível visualizar todas as saídas, desde os alimentos vendidos semanalmente nas feiras, até eventos sazonais. Ao serem perguntados sobre os locais de comercialização, muitos agricultores tiveram dificuldade de lembrar desses eventos. Segundo Mello (2008) a utilização do fluxograma permite verificar como se conectam e relacionam os componentes de um sistema, facilitando a análise de sua eficácia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da aplicação dos questionários, foi possível auferir alguns dados relativos ao perfil dos agricultores e da produção, além de expor a situação atual e a importância da comercialização de alimentos para o fortalecimento da AU. Os resultados obtidos revelaram o perfil dos agricultores urbanos, bem como suas motivações, dificuldades e expectativas.

Perfil Social

Com a análise do questionário ficou evidente a ocorrência de algumas características em comum entre os agricultores, entre elas o gênero, a faixa etária e a escolaridade. O resultado da pesquisa evidencia o protagonismo da mulher na AU e a predominância de agricultores com mais de 50 anos (Figura 3). O sexo feminino representa 73,3% dos entrevistados contra 26,7% do sexo masculino. Essa é uma particularidade da agricultura em áreas urbanas, visto que na maioria dos casos o homem é a figura que vai “trabalhar fora” e a mulher fica responsável por cuidar dos filhos e da casa. Em uma sociedade patriarcal, em que o homem costuma estar à frente dos negócios, é importante ressaltar a predominância do trabalho da mulher na AU, desde a produção e organização, até a venda ao consumidor final. Viegas (2016) ao pesquisar as feiras convencionais na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, encontrou uma realidade totalmente oposta, onde 76,8% dos entrevistados eram do sexo masculino contra 23,2% do sexo feminino.

A maioria dos agricultores tem de 50 a 69 anos, representando um total de 73,4% dos entrevistados. Esta não é uma realidade só das áreas urbanas, mas também rural. De acordo com levantamento do último Censo Agropecuário (IBGE, 2017), a população rural está envelhecendo e os mais jovens continuam a migrar para centros urbanos. Pessoas com mais de 65 anos representam 23,2% dos moradores de áreas rurais, sendo que em 2006, quando foi realizado o levantamento anterior, representavam 17,52%.

Gênero	73,3% feminino
Faixa Etária	73,4% de 50 a 69 anos

Figura 3 Perfil social dos agricultores. **Fonte:** Juliana S Barbosa

Observando que a maioria se encontra na faixa de idade acima de 50 anos e justificam a não conclusão dos estudos à necessidade de trabalhar cedo para ajudar a família, verificou-se que a frequência até o Ensino Fundamental soma 66%, como revela a Figura 4, abaixo.

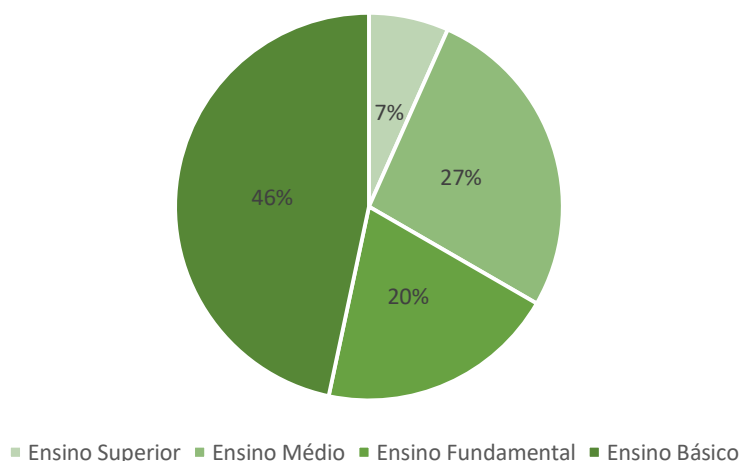


Figura 4 Escolaridade dos Agricultores. **Fonte:** Pesquisa de campo (elaboração própria).

O baixo grau de escolaridade não é empecilho para que os agricultores desempenhem suas funções na gerência da produção, pois o trabalho é resultado dos conhecimentos tradicional e empírico adquiridos. Entendemos que a existência de um mecanismo que possibilite o acesso as informações disponíveis, unindo saberes tradicionais e acadêmicos, baseado numa assistência técnica permanente, capaz de atingir aqueles que mais necessitam é um passo estratégico para o desenvolvimento e qualificação dos agricultores (PIERRI, 2010).

Produção

A AU tem como característica a utilização predominante da mão de obra familiar, visto que é uma prática agrícola desenvolvida nos espaços ao redor da casa (Figura 5). A maioria das agricultoras entrevistadas trabalha na produção com o marido e filhos. A contratação de mão de obra terceirizada é temporária, realizada através de pagamento de diária, nenhum dos entrevistados tinha funcionário fixo. É expressiva a reclamação de que a mão de obra em área urbana é escassa e cara, pois a maioria está empregada em atividades não-agrícolas.

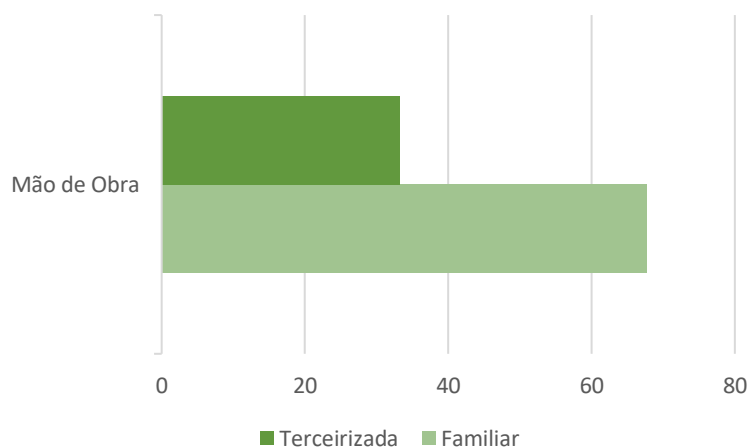


Figura 5 Predominância da mão de obra familiar na AU. **Fonte:** Juliana S Barbosa

Uma característica relevante na caracterização da produção foi a unanimidade de um antepassado agrícola entre todos os agricultores entrevistados. De acordo com Oliveira (2017), a região denominada e conhecida por Zona Oeste é composta por um conjunto de diferentes bairros que se identificam a partir de uma história comum relacionada a um passado onde a produção agrícola destacou política e economicamente o local.

Devido a esse passado agrícola e rural, 46,7%, quase metade dos entrevistados, consideram que sua residência e local de produção está em área rural, ainda que o Plano Diretor Municipal diga que é área urbana. Uma agricultora de Vargem Grande chegou a afirmar que até uns 4/5 anos atrás seu imóvel era registrado no INCRA³ (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e que pagava ITR ao invés do IPTU. A mudança de área rural para urbana acarreta aos agricultores e agricultoras do município do Rio de Janeiro diversas dificuldades na produção de alimentos em área urbana, uma delas é conseguir a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), de acordo com a pesquisa, apenas 26,7% dos entrevistados possuem a declaração. A DAP é o instrumento que identifica os agricultores familiares aptos a realizar operações de crédito rural junto ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e uma das exigências para obter a DAP é que as atividades sejam praticadas no meio rural.

Segundo Oliveira e Abreu (2015), a região de Vargem Grande, conhecida por sua produção de caqui e de banana, tem seu desenvolvimento baseado na produção de alimentos agroecológicos, saudáveis e aliado à preservação do meio ambiente, uma luta coletiva que prospera há mais de dois séculos. Criada em 2007, a AGROVARGEM (Associação de Agricultores Orgânicos de Vargem Grande) permaneceu sem a certificação orgânica até o ano de 2013, a produção era comercializada em feiras livres de bairros próximos. A criação da associação favoreceu a aproximação dos agricultores na construção de estratégias para a comercialização dos alimentos. Em 2013 foi iniciado o processo de certificação através do SPG-ABIO grupo Rede CAU. Esse processo, através da mobilização de parceiros como a AS-PTA, culminou na criação da Feira Agroecológica da Freguesia (Figuras 6 e 7), bairro que também se localiza na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro. A partir dessa conquista, vários agricultores obtiveram seu selo de produção orgânica, incluindo dois quintais urbanos.



Figura 6 Feira Agroecológica da Freguesia. **Fonte:** Associação de Moradores e Amigos da Freguesia de Jacarepaguá (AMAF).

³ O INCRA foi criado pelo decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União.



Figura 7 Folder de divulgação da Feira Agroecológica da Freguesia. **Fonte:** AMAF.

Todos os entrevistados participam de alguma associação ou rede de apoio, entre as redes citadas estão a Rede CAU e a AS-PTA. Com isso, ampliam-se os canais de comercialização dos alimentos e, sobretudo, a credibilidade junto ao consumidor. De acordo com os entrevistados, 4 associações de agricultores atuam no fortalecimento das feiras pesquisadas.

Tabela 4 Associações de Agricultores da Zona Oeste do Rio de Janeiro

ASSOCIAÇÃO	
Associação de Agricultores Orgânicos de Vargem Grande	AGROVARGEM
Associação dos Agricultores Orgânicos da Pedra Branca	AGROPRATA
Associação dos Lavradores e Criadores de Jacarepaguá	ALCRI - JPA
Associação dos Agricultores da Feira Agroecológica de Campo Grande, Processadores de Alimentos, Artesãos e Amigos	AAFA

Fonte: Pesquisa de campo (elaboração própria).

O casarão onde está localizada a Feira Agroecológica de Campo Grande (Figura 8) servia como local de apoio aos agricultores, com assistência técnica e venda de materiais (insumos e ferramentas) a preços mais justos. A AAFA foi criada para que os agricultores pudessem articular com a Secretaria de Agricultura a ocupação efetiva do casarão. Para Viegas (2016) a feira é um ambiente que transcende a ação de compra e venda de alimentos, muitas vezes se torna ponto de encontro cultural que mantém um sentido de existência, resistência e de identidade com o meio. O deslocamento semanal dos agricultores e dos consumidores transforma o ambiente da feira devido à maior movimentação de pessoas, quebrando a rotina do local.



Figura 8 Feira Agroecológica de Campo Grande. **Fonte:** Juliana S Barbosa

Uma característica da AU é a diversificação da produção, há casos de quintais com mais de 200 espécies entre ervas, temperos, frutíferas e hortaliças. Todos os alimentos produzidos pelos agricultores são consumidos pela família, o que demonstra uma melhoria na SAN e redução nos gastos com alimentação.

Tabela 5 A diversidade de alimentos ofertados pela agricultura urbana.

abacate	berinjela	couve	limão	pitanga
abacaxi	bertalha	couve-flor	louro	quiabo
abobora	beterraba	couve romana	mamão	rabanete
abobrinha	cajá	cúrcuma	mandioca	repolho
açafrão	caju	espinafre	manga	rúcula
acerola	cana de açúcar	feijão de corda	maracujá	salsa
agrião	capim cidreira	fruta do conde	maxixe	sapoti
alecrim	caqui	gengibre	melancia	sapoti
alface	carambola	graviola	milho verde	siriguela
almeirão	caruaru	hortelã	morango	taioba
amora	cebolinha	inhame	nabo	tangerina
banana d'água	cenoura	jabuticaba	nirá	tomate
banana maçã	chaya	jaca	noni	transage
banana prata	chicoria	jenipapo	ora pro nobis	uriri
banana da terra	chuchu	jiló	pepino	urtiga mansa
batata doce	coco	joão gomes	pimentas	vagem
beldroega	coentro	laranja	pinha	vinagreira

Fonte: Pesquisa de campo (elaboração própria).

Comercialização

A preparação dos agricultores para as feiras inicia-se muito cedo, por volta das 4 horas da manhã, para que consigam organizar a mercadoria que será transportada para o local da feira e para que às 7 horas a barraca esteja pronta à espera dos clientes. As atividades encerram-se às 13h, com exceção da Feira Orgânica do Rio da Prata, cujo término é às 14 horas. Como podemos observar na Figura 9 abaixo, as feiras representam o mais importante canal de comercialização para a AU, de acordo com a pesquisa 73,4% dos agricultores comercializa seus alimentos em mais de uma feira.

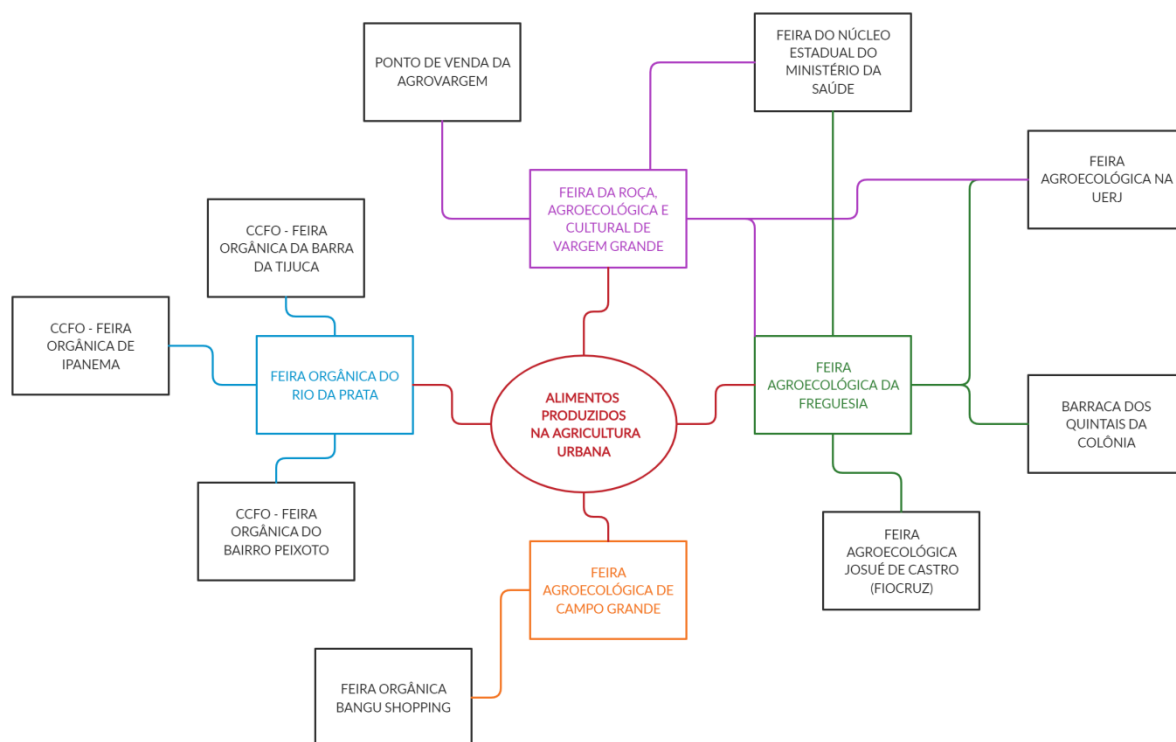


Figura 9 Fluxograma de comercialização. **Fonte:** Juliana S Barbosa

Ao analisar as entrevistas, percebeu-se que a maior parte dos agricultores tem a venda dos alimentos nas feiras como a principal fonte de renda, como fica evidenciada na Figura 10 acima. Uma pequena parcela dos agricultores diz ir à feira comercializar os alimentos apenas como uma forma de complementar a renda. Do total de entrevistados, 86,7 % comercializam os alimentos em duas ou mais feiras. Se feiras livres e mercados de rua ainda fazem parte da paisagem urbana é porque essa forma de comercializar alimentos permanece plena de sentido para seus *habitues*, trabalhadores ou consumidores (VEDANA, 2013).

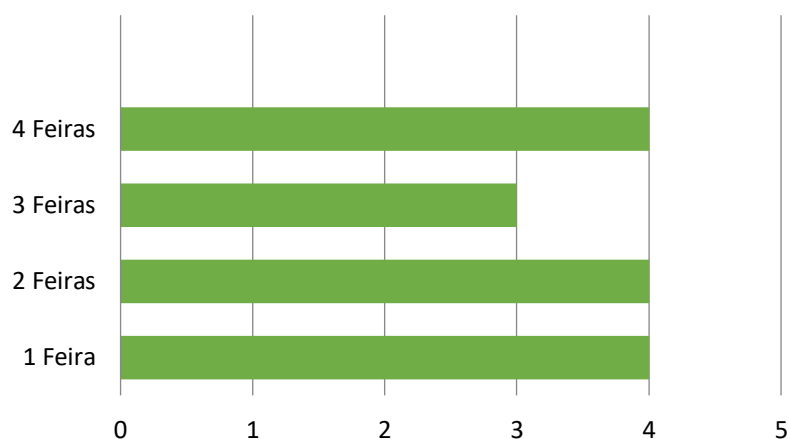


Figura 10 Quantidade de feiras que cada agricultor participa. **Fonte:** Juliana S Barbosa

Os agricultores foram questionados se utilizavam outros canais de comercialização além das feiras, e 53,3 % afirmaram que sim, a exemplo temos a barraca dos quintais da Colônia, em Jacarepaguá e as iniciativas de CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura), como a Organicamente. Os agricultores da Feira Agroecológica de Campo Grande também ressaltaram a participação de eventos sazonais, porém permanentes, como o Dia Mundial da Alimentação, Dia Mundial do Meio Ambiente, Aniversário da Feira Agroecológica de Campo Grande e a Semana da Alimentação Carioca (SAC).

As feiras orgânicas/agroecológicas atuam fortemente no resgate e valorização da cultura popular, o que é evidenciado pela comercialização das Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC'S), muitas delas estão voltando a ser convencionalmente utilizadas na alimentação, como a já conhecida taioba. Diferente da realidade das feiras convencionais, as PANC's já estão entre os itens mais procurados nas feiras orgânicas/agroecológicas. Um dos motivos do sucesso é a constante oferta, visto que são plantas mais rústicas e adaptadas às condições climáticas locais. A feiras estão associadas às transformações sociais referentes ao padrão alimentar, cada vez mais pessoas se preocupam em ter uma vida mais saudável e por entender que alimentação é saúde, os alimentos orgânicos/agroecológicos têm ganhado cada vez mais adeptos. Na Figura 11 podemos observar que os itens de maior comercialização são frutas e hortaliças, com grande aceitação pelos consumidores, a venda de frutas chega a somar quase 70 % da produção.

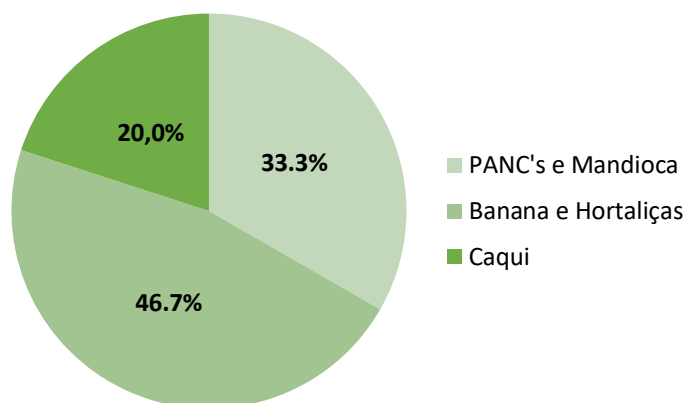


Figura 11 Principais alimentos comercializados nas feiras. **Fonte:** Juliana S Barbosa

Cabe ressaltar que, todos os alimentos produzidos seguem a sazonalidade local, o que influencia a renda dos produtores em determinadas épocas do ano. Uma estratégia adotada pelos agricultores é a agregação de valor ao produto, através da utilização da mão de obra familiar disponível, para o beneficiamento dos produtos, tais como descascar e cortar a mandioca e a cana de açúcar. Em todas as feiras pesquisadas era possível encontrar a mandioca beneficiada, um dos alimentos mais procurados pelos consumidores. Ao serem questionados sobre o que faziam com os alimentos que sobravam das feiras, 46,7 % dos agricultores responderam que beneficiavam. Entre as opções estão o vinagre de caqui, caqui passa, geleia de pimenta, pimenta em conserva e banana passa. O beneficiamento é também uma estratégia para redução das perdas, visto que os alimentos são perecíveis. O que não pode ser beneficiado é utilizado na composteira, produzindo adubo através do processo de compostagem e retornando ao solo.

O preço de cada alimento, seja por molho ou quilograma, praticado pelos agricultores nas feiras é previamente combinado nas reuniões das Associações de Agricultores, porém cada agricultor pode ofertar determinado alimento por um valor diferenciado em determinadas circunstâncias, como baixa procura, estado de maturação, fatores climáticos, entre outros. Segundo Viegas (2016), ao observar a porcentagem do faturamento entre os produtos orgânicos/agroecológicos em relação aos produtos convencionais, fica evidente que o rendimento dos produtos orgânicos é bem superior aos demais visto que carregam maior valor agregado.

Trataremos a seguir da variável renda, apresentando na Tabela 6 um resumo das informações obtidas na pesquisa. Vale dizer que em alguns casos há incerteza com relação aos dados, causada por respostas incongruentes ou inexatas, visto que a maioria dos agricultores não tem por hábito anotar quanto obteve de lucro em cada feira. O perfil varia entre agricultores que apresentam um ganho expressivo e aqueles que produzem para autoconsumo em seus quintais, característica primordial da agricultura urbana, comercializando apenas o excedente da produção. Pierri (2010) considerou que há um possível constrangimento em responder quanto ganha, aonde uma resposta cujo valor é alto demonstra prestígio e uma resposta trazendo uma renda mais baixa que a real, busca ressaltar a condição de vulnerabilidade que os agricultores enfrentam.

Tabela 6 Caracterização da renda

AGRICULTOR	VALOR MÉDIO / FEIRA	QUANTAS FEIRAS / SEMANA	VALOR MÉDIO / MÊS	OUTRA RENDA
1	R\$250,00	1	R\$1.100,00	Sim
2	R\$150,00	4	R\$1.600,00	Não
3	R\$700,00	3	R\$8.400,00	Sim
4	R\$600,00	4	R\$9.600,00	Não
5	R\$150,00	3	R\$1.200,00	Sim
6	R\$350,00	1	R\$1.500,00	Sim
7	R\$250,00	1	R\$1.100,00	Sim
8	R\$500,00	4	R\$8.000,00	Não
9	R\$700,00	2	R\$5.600,00	Sim
10	R\$150,00	2	R\$1.200,00	Sim
11	R\$800,00	1	R\$3.200,00	Sim
12	R\$250,00	2	R\$2.100,00	Não
13	R\$200,00	2	R\$1.600,00	Não
14	R\$600,00	4	R\$9.600,00	Sim
15	R\$600,00	3	R\$7.200,00	Não

Fonte: Pesquisa de campo (elaboração própria).

De acordo com a Tabela acima, 60% dos entrevistados tem outra fonte de renda, essa é uma característica comum da AU, por ser uma produção em pequena escala. Ainda assim, todos os agricultores destacaram a importância da comercialização dos alimentos na feira na composição do rendimento total das famílias, visto que muitos começaram a produzir apenas para consumo próprio e transformaram a atividade na principal fonte de renda. Foi observado que os agricultores que não possuem outra fonte de renda, comercializam seus alimentos em no mínimo duas feiras. Dessa forma, pode-se inferir que aqueles agricultores que comercializam em mais de um local, conseguem através da AU gerar renda para o sustento da família.

Observou-se também que através da comercialização em feiras, 53,3 % dos agricultores logrou renda mensal de pelo menos um salário mínimo, considerado o valor atual de R\$ 1045,00, os agricultores com dois salários mínimos representam 13,4 % e 33,3 % os agricultores com renda maior que cinco salários mínimos. Uma agricultora, que trabalha sozinha e tem 70 anos, é a que recebe menos por sua atividade, ainda assim recebe pela venda dos alimentos produzidos, em média, o valor mensal de mil e cem reais (R\$1100,00), que é maior que o salário mínimo atual. O agricultor que recebe mais declarou receber até dez mil reais (R\$ 10.000,00) por mês, na época da chuva, quando a oferta diminui e o preço das hortaliças aumenta.

CONCLUSÕES

As práticas de produção para autoconsumo dos entrevistados estão associadas a soberania e segurança alimentar, além da redução dos gastos com alimentação, de grande importância sobretudo para a população mais pobre. A venda do excedente da produção surge como estratégia na geração trabalho e renda, porém é preciso assegurar políticas públicas que incentivem a população a consumir localmente para que a agricultura urbana seja fortalecida. As feiras ao ar livre representam uma das formas mais antigas de comercialização de alimentos.

É fundamental que a feira passe a ser percebida como uma ação social de grande valor para a comunidade, pois, além de um patrimônio cultural é um canal de comercialização diferenciado, representando uma alternativa econômica e social para muitos agricultores urbanos. Além disso, quando entendida como um negócio, este canal de comercialização passa a representar um forte instrumento de políticas públicas e um grande gerador de emprego e renda para o município do Rio de Janeiro.

Os resultados encontrados na pesquisa demonstram o protagonismo da mulher na AU, representando 73,3 % dos entrevistados, a concentração de agricultores na faixa etária entre 50 e 69 anos e o histórico familiar na agricultura, 100 % dos entrevistados são filhos/netos de agricultores. Foi constatado que 60,0 % dos entrevistados tem outra fonte de renda e que o agricultor que não possui outra fonte de renda, comercializa os alimentos em mais de um local. Dessa forma, pode-se inferir que aqueles agricultores que comercializam em mais de um local, conseguem através da AU gerar renda para o sustento da família.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Daniela. Agricultura urbana e segurança alimentar em Belo Horizonte: cultivando uma cidade sustentável. **Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia**. Rio de Janeiro, v.1, n.0, p. 25-28, 2004.

ALTIERI, Miguel; NICHOLLS, Inés Nicholls. La Agroecología en tiempos del COVID-19. University of California y Centro Latinoamericano de Investigaciones Agroecológicas, 2020.

AMAF, Associação de Moradores e Amigos da Freguesia de Jacarepaguá. Feira Orgânica da Freguesia. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: http://www.amafreguesia.org/wp-content/uploads/2018/07/Feira_21072018_01-768x432.jpg. Acesso em: janeiro/2020.

AQUINO, Adriana Maria de.; ASSIS, Renato Linhares de. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. *Ambiente & Sociedade*. Campinas, vol.X , n.1, p. 137-150. 2007.

ARRUDA, Juliana. Agricultura Urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Sustentabilidade e Repercussões na Reprodução das Famílias. 2011. 181 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro.

ASSIS, Renato Linhares de; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. O processo de conversão de sistemas de produção de hortaliças convencionais para orgânicos. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v.41, n.5, 2007.

BARROS, Regina Cohen. Sustentabilidade na Agricultura e Geografia Agrária: **O Contexto da Agricultura Orgânica no Rio de Janeiro**. Revista do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 63-87, 2011.

BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, p.8, Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 64, de 04 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia Alimentar para a População Brasileira. 2. ed., Brasília, DF, 2014.

BRASIL, Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2006.

BRASIL, Lei Complementar nº 111, de 1º de fevereiro de 2011. Dispõe sobre a Política Urbana

e Ambiental do Município, institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2011.

BRASIL, Lei nº 8366, de 02 de abril de 2019. Dispõe sobre a Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana e dá outras Providências. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/c8aa0900025feef6032564ec0060dfff/04c4d4c2619bf2b3832583d100625aeb?OpenDocument>. Acesso em: dezembro/2019.

CABRAL, Laíse do Nascimento; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. (2019). Urbanização, vulnerabilidade, resiliência: relações conceituais e compreensões de causa e efeito. **URBE. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 11, e20180063. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.002.AO08>.

CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão; PEREIRA, Luiz Andrei Gonçalves; SILVA, Mariana Sacha Nogueira. **Desenvolvimento da agricultura em quintais urbanos**. Revista Tocantinense de Geografia, v. 6, n. 10, p. 113-133, 12 abr. 2018.

CHEMIN, B. F. **Manual da Univates para Trabalhos Acadêmicos**. 2ª ed. rev. e atual. Lajeado: Univates, 2012.

CORRÊA, Armando Magalhães. **O sertão carioca**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.

COSTA, Maria Regiane da; SANTOS, Dionys Morais dos. Feiras Livres: Dinâmicas Espaciais e Relações de Consumo. **Geosaberes**, v. 6, número especial (3), p. 653 - 665, ISSN:2178-0463. Fortaleza, 2016.

CRIBB, Sandra Lucia de Souza Pinto; CRIBB, André Yves. Agricultura urbana: alternativa para aliviar a fome e para a educação ambiental. Desenvolvimento rural e sistemas agroalimentares: os agronegócios no contexto de interação das nações. 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre, 2009.

DAROLT, Moacir Roberto. Conexão Ecológica: novas relações entre agricultores e consumidores. Londrina: IAPAR, 2012. 162 p.

DAROLT, Moacir Roberto; LAMINE, Claire; BRANDENBURG, Alfio. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Agriculturas**, v. 10, n. 2, p.8-13, 2013.

FAO. 1996. Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial. Cúpula Mundial da Alimentação. Roma.

FERREIRA, Rubio José. Agricultura Urbana e Periurbana e Políticas Públicas: Contribuição à Discussão do Tema a Partir de uma Análise Espacial em Recife e Vitória De Santo Antão/Pe. 2013. 231p. Tese (doutorado) –Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

FAVARETO, Arilson; NAKAGAWA, Louise. A segurança alimentar e a transição do modelo agrícola num mundo em transformação. **Agricultura tóxica: um olhar sobre o modelo agrícola brasileiro**. GREENPEACE, 2017.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.35, n.3, p.20-29, maio/jun., 1995.

IBGE. Censo Populacional de 1996 — Conceituação das características divulgadas na contagem da população de 1996. 1997.

_____. Censo Populacional de 2010. **Banco de Dados Agregados SIDRA**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/608>. Acesso em: dezembro/2019.

_____. Censo Agropecuário de 2017. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/informativos.html. Acesso em: fevereiro/2020.

IDEC. Rota dos Orgânicos. Revista do IDEC, São Paulo, n. 162, p. 20-23, fev., 2012.

LIMA, Caren Freitas de. Agriculturas na e da cidade do Rio de Janeiro: dicotomias e as especificidades da agricultura urbana. 2019. 119p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica.

MALUF, Renato; MENEZES, Francisco. Caderno segurança alimentar. Conferências do Fórum Social Mundial, 2000.

MAPA. Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acesso em: janeiro/2020.

MEIRELLES, Laércio. Soberania Alimentar, agroecologia e mercados locais. **Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, Rio de Janeiro, v.1, n.0, p.11-14, 2004.

MELLO, Ana Emília Nascimento Salomon. Aplicação do mapeamento de processos e da simulação no desenvolvimento de projetos de processos produtivos. 2008. 116 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Itajubá, Itajubá.

MOUGEOT, Luc J.A. Cultivando cidades, cultivando comida. 2000.

NASCIMENTO, Amália Leonel; ANDRADE, Sonia Lúcia L. Sousa de. Segurança alimentar e nutricional: pressupostos para uma nova cidadania? *Alimento Artigos*. 2011.

NASCIMENTO, Sarah Neves do. Agricultura urbana e sua influência na sociedade: alimentação, saúde e fonte de renda. 2018. Monografia (especialização) – Instituto de Tecnologia em Fármacos – Farmanguinhos, Pós-graduação em Gestão da Inovação em Fitomedicamentos.

NÓBREGA, Júlio César Azevedo; BARBOSA, Ronny Sobreira; DIAS, Altemar dos Santos; NÓBREGA, Rafaela Simão Abrahão. Contribuições da ciência do solo para o desenvolvimento da agricultura urbana. 2016. *BOLETIM SBCS*.

OLIVEIRA, Laura Ângelo; ABREU, Lucimar Santiago de. Associativismo e mercado alternativo: agricultura urbana na Zona Oeste do Rio de Janeiro. **Cadernos de Agroecologia**, Belém, v.10, n.3, 2015.

OLIVEIRA, Maria Amália Alves de Oliveira. Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro: entre o rural e o urbano. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 18, n. 45, p. 325-349, 2017.

OLIVEIRA, Rogério Ribeiro. As marcas do homem na floresta: história ambiental de um trecho de mata atlântica. Rio de Janeiro: PUC, 2005.

PESSOA, Cristiane Cardoso; SOUZA, Marcelino de; SCHUCH, Ilaine. Agricultura urbana e segurança alimentar: estudo no município de Santa Maria – RS. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, 13(1), p.23-37, 2006.

PIERRI, Maria Clara Queiroz Mauricio; Um recorte em território artificializado: agricultura familiar e comercialização na Feira dos Goianos-Gama/DF. 2010. 194 f. Dissertação (Mestrado) -Universidade de Brasília, Brasília.

PNAUP, Subsídio para uma Política Nacional de Agricultura Urbana Periurbana. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://aspta.org.br/2015/04/cau/>. Acesso em: junho/2018.

PRADO, Bruno Azevedo; MATTOS, Claudemar; FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. Agricultores do Maciço da Pedra Branca (RJ): em busca de reconhecimento de seus espaços de vida. **Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia**. Rio de Janeiro, v. 9 - n. 2, p.6-8, 2012.

RIBEIRO, E. M.; ÂNGULO, J.L.G.; NORONHA, A.B.; CASTRO, B.S.; GALIZONI, F.M.; CALIXTO, J.S.; SILVESTRE, L.H. A feira e o trabalho rural no Alto Jequitinhonha: um estudo de caso em Turmalina, Minas Gerais. **Unimontes Científica**. Montes Claros, v.5, n.1, jan./jun., 2003.

SACHS, I. Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.18, n.51, p.23-49, 2004.

SANTANDREU, Alain.; LOVO, Ivana Cristina. Panorama Da Agricultura Urbana E Periurbana No Brasil E Diretrizes Políticas Para Sua Promoção. Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras. Documento Referencial Geral. Belo Horizonte, 2007.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. Edusp, 2005.

SANTOS, Maira dos; MACHADO, Mariana Campos Martins. Agricultura Urbana e Periurbana: **Segurança Alimentar e Nutricional, comportamento alimentar e transformações sociais em uma horta comunitária**. *Segur. Aliment. Nutr.*, Campinas, v. 27, p. 1-20. e020010. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.20396/san.v27i0.8650689>.

SEQUEIRA, G.R. A agricultura urbana e periurbana no Curuçambá em Ananindeua região metropolitana de Belém: perspectivas e desafios. 2014. 97 f. Dissertação (Mestrado)–Universidade Federal do Pará, Belém.

SILVA, U.C. A rede carioca de agricultura urbana na construção dos mercados solidários e da agroecologia na cidade. VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária. GT 18 – Agroecologia, economia(s) solidárias e mercados camponeses. Paraná, 2017.

SILVA, E. L. e MENEZES, E. M. (2005). Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

TASSI, Maria Elisa Von Zuben. Certificação participativa e compra coletiva de alimentos ecológicos: redes locais construindo mercado cooperativos, um estudo na região de Campinas – São Paulo. 2011. 188p. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de São Carlos, Araras.

VALLEJO, Luiz Renato; Campos, R. M.; Santos Júnior, W. M. Contribuição ao estudo dos conflitos territoriais no Parque Estadual da Pedra Branca. **Anais [...]** I Encontro Científico Parque Estadual da Pedra Branca. Rio de Janeiro, outubro, 2009.

VEDANA, Viviane. Fazer a feira e ser feirante. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, n. 39, p. 41-68, 2013.

VIEGAS, Francisco da Silva. As feiras de pelotas contribuem com as cadeias curtas de produção? 2016. 45p. Dissertação (Bacharelado em Administração). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

WEID, Jean Marc Von Der. Agroecologia: Condição para a segurança alimentar. **Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia**. Rio de Janeiro, v.1, n.0, p.4-7, 2004.

ANEXOS

Anexo A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

O(A) Senhor(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “A IMPORTÂNCIA DA COMERCIALIZAÇÃO EM FEIRAS PARA A GERAÇÃO DE RENDA E FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA URBANA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO”, que tem por objetivo analisar o perfil dos agricultores urbanos do município do Rio de Janeiro e a importância da comercialização dos alimentos para o fortalecimento da agricultura urbana. O motivo que nos leva a estudar é a escassez de informações quanto à origem dos produtos agrícolas e a importância de pesquisas e estudos sobre os diferentes canais de comercialização, levantando dados que ajudem a compreender o processo de comercialização dos alimentos, quanto à produtividade e seus variados destinos, possibilitando um maior reconhecimento da dimensão e importância da agricultura praticada em espaços urbanos. Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos e instrumentos de pesquisa: observação participativa através das visitas às feiras, entrevistas guiadas com questionários semi-estruturados, gravação de áudio e registro de imagens (fotografia). A gravação do áudio da entrevista e o registro fotográfico só serão realizados com sua autorização. A entrevista terá duração de aproximadamente 30 minutos podendo ser interrompida a qualquer momento por ambas as partes. Entende-se que por ser um local de trabalho, a participação na mesma poderá acarretar alguns problemas como a perda de alguma venda e/ou constrangimento dos clientes. A entrevista possibilita conhecer os atores envolvidos no processo produtivo e qual a trajetória do alimento até o consumidor final; a divulgação de informações quanto à origem dos produtos agrícolas; levantar dados que ajudem a compreender o processo de comercialização dos alimentos; maior reconhecimento da dimensão e importância da agricultura praticada em espaços urbanos. É garantido ao participante da pesquisa uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Essa pesquisa não trará benefícios diretos aos pesquisados, mas poderá contribuir no reconhecimento e valorização da agricultura urbana no município do Rio de Janeiro.

Durante todas as fases da pesquisa, será garantido o seu sigilo e sua privacidade. Todas as informações coletadas serão apresentadas apenas para fins acadêmicos e científicos da área. É garantido anonimato no tratamento das informações. Não serão divulgados nomes em nenhuma circunstância durante o desenvolvimento ou publicação da pesquisa. Os nomes dos pesquisados serão substituídos por letras e números aleatórios.

Para participar deste estudo o(a) Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Não cabem indenizações decorrentes dos procedimentos dessa pesquisa..

O(A) Senhor(a) tem plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma.

O(A) Senhor(a) receberá uma via desse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e a outra via ficará sob a guarda do(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa por um período mínimo de 5 (cinco) anos.

Caso o (a) Sr.(a) tenha alguma dúvida ou necessite de qualquer esclarecimento ou ainda deseje retirar-se da pesquisa, por favor, entre em contato:

Pesquisadora responsável (Orientadora): Marta dos Santos Freire Ricci, Embrapa Agrobiologia Rodovia BR-465, Km. 7, Seropédica-RJ, CEP:23897-970, marta.ricci@embrapa.br, (21) 3441-1500 / 99535-1122.

Mestranda: Juliana Silva Barbosa, Rua Beethoven N.74, Senador Camará, Rio de Janeiro-RJ, CEP:21833-240, juli.barbosa01@gmail.com, (21) 98885-1454.

Programa de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica

Email: ppgaoufrj@gmail.com

Telefone: (21) 2682-2922.

Comitê de Ética da UFRRJ: (21) 2681-4708

Endereço: UFRRJ, BR 465 Km 7, CEP 23897-000 Seropédica-RJ

A pesquisadora responsável pela pesquisa declara que cumprirá todas as disposições do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Pesquisadora: Marta dos Santos Freire Ricci

Assinatura: _____

Eu, abaixo assinado, autorizo a realização da pesquisa e declaro que fui devidamente informado e esclarecido pelo(a) pesquisador(a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da mesma. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Nome completo, endereço, telefone, email do participante:

Assinatura: _____

Anexo B

Feira / Bairro:

Nome:

Unidade produtiva (Município / Bairro):

Sexo:

Idade:

Escolaridade:

Mão de Obra () Familiar

() Assalariada (salário / diária)

Quantos integrantes da sua família trabalham na produção?

Residência / produção está localizada em área rural ou urbana?

Possui DAP?

Histórico familiar na agricultura:

Participa de alguma Associação / Rede? Qual?

Onde comercializa a produção?

Quais alimentos comercializa?

Quais alimentos consumidos pela família são abastecidos pela produção própria?

Consegue vender todos os alimentos que leva para a feira? O que faz com o excedente?

Qual o mais procurado?

Como é estabelecido o valor dos alimentos?

Rendimento médio por Feira?

Comercializa os alimentos em outros locais? Onde?

Possui outra atividade/ fonte de renda? Qual?

Recebe algum benefício do governo (crédito, empréstimo, aposentadoria) ou acessa alguma política pública (PNAE, PRONAF, PAA)? Qual?

Qual a maior dificuldade / problema enfrentado na produção ou comercialização?